

**P O D E R   J U D I C I Á R I O**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **1012052-74.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Material**  
 Requerente: **LUIZ RICARDO DE ANDRADE**  
 Requerido: **ESTROZI & ESTROZI LTDA ME**

LUIZ RICARDO DE ANDRADE ajuizou ação contra ESTROZI & ESTROZI LTDA ME, alegando que levou seu veículo até a oficina da ré em razão de problemas existentes no câmbio de seu veículo Jetta. No local, o mecânico lhe informou que seria necessário trocar o óleo, o filtro e a guarnição da tampa de câmbio, sendo, então, autorizado o serviço pelo custo de R\$ 1.890,00. Entretanto, após o conserto, o veículo continuou a apresentar os mesmos defeitos, sendo levado novamente à empresa ré, que informou que seria necessário realizar outros reparos no câmbio. Indignado com a situação, levou o veículo até a Concessionária Santa Emília e lá obteve a informação de que as trocas anteriores eram desnecessárias, porquanto a solução do defeito estava em uma peça interna do câmbio. Por essa razão, pediu que a ré seja condenada a devolver o valor recebido pelo indevido reparo e a indenizá-lo pelos danos morais por ele suportados.

Citada, a ré contestou o pedido, aduzindo que efetivamente realizou a troca do óleo de câmbio, filtro de óleo e guarnição da tampa do câmbio, contudo deixou esclarecido ao autor de que tal serviço poderia não solucionar o problema. Consignou que o óleo de câmbio nunca fora trocado, apesar da alta quilometragem, e que os itens trocados no veículo foram reaproveitados pela outra oficina. Assim, afirmou que inexistente dever de indenizar o autor, tanto material como moralmente, pois não praticou qualquer ato ilícito. Pleiteou, por fim, que seja reconhecida a litigância de má-fé do autor.

Manifestou-se o autor.

A tentativa conciliatória restou infrutífera, sobrevindo decisão de saneamento deferimento a produção de prova documental e testemunhal.

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Na audiência de instrução e julgamento foi colhido o depoimento pessoal do autor e foram inquiridas duas testemunhas.

A carta precatória expedida para inquirição da testemunha arrolada pelo autor foi devolvida sem cumprimento, pois este deixou de apresentar o endereço correto para intimação.

Este juízo solicitou informações à Concessionária Santa Emília sobre as peças e itens substituídos no automóvel do autor, sendo prontamente encaminhada e juntada aos autos (fls. 211).

Manifestaram-se as partes.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Incidem na relação jurídica existente entre as partes as regras previstas no Código de Defesa do Consumidor, haja vista que o autor adquiriu os serviços prestados pela ré como destinatário final, ao passo que esta foi remunerada de acordo com o pactuado.

É nítido que os serviços prestados pela ré não foram adequadamente fornecidos, caracterizando, com isso, a existência de vício de qualidade do serviço. Conforme prevê o artigo 20, *caput* e § 2º, da Lei 8.078/90:

*Art. 20. O fornecedor de serviços responde pelos vícios de qualidade que os tornem impróprios ao consumo ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade com as indicações constantes da oferta ou mensagem publicitária, podendo o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha:*

*I - a reexecução dos serviços, sem custo adicional e quando cabível;*

*II - a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos;*

*III - o abatimento proporcional do preço.*

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

*§ 2º São impróprios os serviços que se mostrem inadequados para os fins que razoavelmente deles se esperam, bem como aqueles que não atendam as normas regulamentares de prestabilidade.*

Tem-se que o problema do câmbio não foi solucionado pela ré após a troca do filtro de óleo do câmbio, guarnição da tampa do câmbio e óleo do câmbio (fls. 139). Demonstra-se que o serviço foi prestado de forma imprópria, pois não obtido o resultado legitimamente esperado.

Ademais, quanto à alegação de que foi o autor quem optou pela solução mais simples e barata não é plausível, não é aceitável. A ré, profissional que é, haveria de no mínimo alertá-lo quanto à inadequação de uma simples troca de óleo e de se precaver quanto ao resultado negativo dessa suposta tentativa. Disse que sugeriu a opção mais simples e *com menor custo*, de trocar o óleo, filtro e tampa de guarnição (fls. 124), solução supostamente mais simples que tornou-se muito mais dispendiosa.

Afigura-se impensável, ao leigo, que o mecânico, ao invés de abrir o câmbio para verificar a condição das peças, fosse simplesmente optar por uma cara substituição de óleo.

E afigura-se contraditório sugerir ao cliente, como segunda alternativa, o recondicionamento de algumas peças (fls. 125). Se assim propôs, é porque teria detectado ou imaginado a hipótese de danos nessas peças, o que torna contraditória a primeira proposta, supostamente apresentada, de apenas substituir o óleo e a tampa de guarnição.

Enfim, sendo detentora do conhecimento técnico e ciente dos riscos existentes, deveria ter zelado pela eficiência e qualidade do serviço prestado. E se tivesse mesmo ouvido do autor uma suposta dispensa de qualidade do serviço, haveria de se precaver com preservação de prova ou demonstrar autorização expressa.

Observe-se que o serviço foi efetivamente refeito em outra oficina, com o reaproveitamento do óleo, do filtro de câmbio e guarnição da tampa do câmbio (informação da Santa Emília

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Distribuidora de Veículos e Autopeças Ltda., a fls. 211). Se a ré tiver que repor ao autor o preço desses produtos, estaria ele, autor, beneficiando-se indevidamente, pois teria que pagar o custo para a Santa Emília. Bem por isso, deduzir-se-á seu custo do valor a ser devolvido, ou seja, a restituição limita-se ao preço da mão-de-obra, R\$ 680,00 (fls. 140).

Por outro lado, a pretensão pelo reconhecimento de dano moral indenizável não procede. O dano moral é caracterizado como aquele que "lesiona a esfera personalíssima da pessoa (seus direitos de personalidade), violando, por exemplo, sua intimidade, vida privada, honra e imagem, bens jurídicos tutelados constitucionalmente" (Gagliano, Pablo Stolze; Novo curso de direito civil, volume III, Ed. Saraiva, 2008, p. 55).

Verifica-se que a situação retratada nestes autos corresponde a simples inadimplemento contratual, o qual, apesar dos dissabores sofridos pelo autor, não foi capaz de causar danos de natureza moral. Nesse sentido:

"O mero inadimplemento contratual não enseja, por si só, indenização por dano moral. 'Salvo circunstância excepcional que coloque o contratante em situação de extraordinária angústia ou humilhação, não há dano moral. Isso porque, o dissabor inerente à expectativa frustrada decorrente de inadimplemento contratual se insere no cotidiano das relações comerciais e não implica lesão à honra ou violação da dignidade humana' (REsp n. 1.129.881/RJ, relator Ministro MASSAMI UYEDA, 3ª Turma, unânime, DJe 19.12.2011)" (AgRg no AgRg no Ag 546.608, rel. Min. Maria Isabel Gallotti, j. 3.5.2012).

Esse também é o entendimento do E. Tribunal de Justiça de São Paulo:

"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Reparo de automóvel em oficina mecânica - Prova pericial prejudicada – Defeito do

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

serviço - Má execução dos serviços que causou danos às peças do veículo - Rescisão contratual e reembolso do valor pago - Danos materiais caracterizados - Danos morais não comprovados - Mero descumprimento contratual - Sucumbência recíproca". (Apelação com Revisão nº 3008938-57.2013.8.26.0266, 33ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Sá Moreira de Oliveira, j. 23/11/2015).

"RESCISÃO DE COMPRA E VENDA DE BEM IMÓVEL - O fornecedor responde objetivamente pelos vícios do produto (art. 18, caput, CDC), inclusive pelos fortuitos internos - Distrato que convencionou a devolução dos valores 'Pacta sunt servanda' - Dano moral - Inocorrência - Descumprimento contratual que não atingiu a honra, imagem ou causou dor e constrangimento aos contratantes - Dano moral indevido - Recurso parcialmente provido". (Apel. nº 0009459-51.2012.8.26.0084, 7ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Miguel Brandi, j. 30/05/2014).

Portanto, tendo em vista que ocorreu mero inadimplemento contratual sem qualquer situação extraordinária e que o autor não ficou privado da utilização do veículo, não há que se falar em ofensa relevante à dignidade humana passível de compensação.

Diante do exposto, acolho parcialmente o pedido e condeno a ré a restituir para o autor a quantia de R\$ 680,00, com correção monetária a partir do desembolso e juros moratórios contados da data da citação.

Rejeito o pedido no tocante à diferença e quanto quanto à indenização por dano moral.

Responderão as partes pelas custas processuais em igualdade.

Responderá a ré pelos honorários advocatícios da patrona do autor, fixados por equidade em 15% do valor da condenação.

Responderá o autor pelos honorários advocatícios do patrono da ré, fixados por equidade em R\$ 1.000,00.

## PODER JUDICIÁRIO



### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Observe-se quanto ao autor a suspensão da execução dazs verbas processuais (Código de Processo Civil, artigo 98, § 3º).

P.R.I.C.

São Carlos, 18 de maio de 2016.



**Carlos Castilho Aguiar França**  
**Juiz de Direito**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME  
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**